

## **Contribuições da avaliação mediadora para a melhoria da qualidade da Educação**

**Márcia Ribeiro Gonçalves**

Professora substituta de química do IFF, aluna do Programa de Pós-Graduação em PROEJA do IFF e professora de química do Colégio Estadual Nilo Peçanha

**Marlon Gomes Ney**

Doutor em Economia Aplicada pela UNICAMP e professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre; Editora Mediação, 2009.

O texto de Jussara Hoffmann questiona a capacidade da avaliação classificatória como instrumento que garante a melhoria na qualidade do ensino. A crença popular é de que, nas escolas tradicionais, os professores são mais exigentes do que nas escolas inovadoras e a avaliação tradicional, através de provas e notas, seria a prática mais eficaz para a garantia de um ensino de qualidade, pois asseguraria o acompanhamento dos alunos no processo de aprendizagem. A idéia é simples: quanto maior é a nota, melhor foi o aprendizado do aluno.

Para a autora, o sistema de avaliação classificatória é, na realidade, vago porque não é capaz de apontar as falhas no processo de aprendizado dos alunos e nas práticas de ensino do professor. Se garantisse a boa qualidade da educação, as estatísticas não seriam tão negativas em relação à realidade das escolas brasileiras. Ao estudante cabe exclusivamente responder questões com respostas sempre sugeridas pelo professor e pelo livro didático. Nesse caso, agradar ao educador é a meta principal. Os alunos que alcançam boas notas, em muitos casos, aprendem apenas para passar no exame, adotando práticas como memorização, obediência e passividade. Eles freqüentemente estão longe de alcançar, portanto, o seu “desenvolvimento máximo possível”, que só seria atingido por meio da aprendizagem, compreensão, questionamento e participação.

A relação entre professor e aluno, em sala de aula, deve ser dialógica, de questionamento, debate e compreensão, e não de uma imposição de idéias e de depósito de conhecimentos pelo educador. Como alternativa à avaliação classificatória é proposta a avaliação mediadora, a qual leva o professor a prestar mais atenção e entender melhor o aluno, buscando questões desafiadores capazes de garantir maior autonomia moral e intelectual. Em primeiro lugar, devem ser dadas aos estudantes várias oportunidades de expor suas idéias, para que sejam abertos canais de diálogo com o professor. Diversas tarefas devem ser aplicadas sempre garantindo a espontaneidade do aluno ao realizá-las e toda produção deve ser valorizada. Elas permitirão conhecer melhor suas idéias e dificuldades, melhorando o planejamento de ações educativas.

O segundo princípio de uma avaliação mediadora é o da oportunidade de discussão entre alunos a partir de algumas situações desencadeadas em sala de aula. Nas discussões entre alunos, que podem ser promovidas através de jogos ou textos, por exemplo, eles não estão submetidos a uma relação de hierarquia como a que acontece com o professor. A busca por argumentos que convencem os demais colegas ajuda a estabelecer melhor as relações entre as idéias. Nota-se que a proposta não envolve os habituais trabalhos em grupos que, muitas vezes, constituem uma verdadeira “colcha de retalhos”, na qual cada componente reescreve um trecho de um livro ou artigo qualquer e, posteriormente, são “costuradas” as diferentes partes sem qualquer tipo de discussão.

Além das atividades em grupo, as tarefas também devem ser individuais porque a “avaliação mediadora” exige a observação individual de cada estudante. A diferença em relação ao esquema tradicional é que as tarefas devem ser menores e sucessivas, promovendo a investigação teórica e o entendimento, por parte do professor, das respostas apresentadas pelos estudantes. Como na teoria construtivista, o erro deve ter uma imagem mais positiva. Para alcançar o êxito em qualquer desafio apresentado, as pessoas tendem a aprimorar suas estratégias através da maior vivência de situações. Alguns erros podem ser descobertos e corrigidos pelos próprios alunos. Caso contrário, o professor pode auxiliá-los levando-os a pensar em soluções que antes não haviam pensado.

Em vez de simplesmente dizer se uma resposta está certa ou errada, atribuindo uma determinada nota, o educador deve fazer comentários sobre as tarefas dos estudantes, auxiliando-os não só a encontrar as dificuldades como também dando as oportunidades necessárias para a descoberta de melhores formas de solução dos problemas. Na vida, muitas vezes, não

conseguimos superar dificuldades e resolver problemas sozinhos e precisamos de ajuda de outras pessoas: pais, parentes, amigos e até de profissionais. Um problema de saúde mais grave, por exemplo, requer assistência média especializada. Nesse sentido, cabe ao professor a ação mediadora sob a forma de explicações, sugestões de leituras, sanar dúvidas e ajudar na resolução de exercícios que, porventura, o aluno não consiga resolver sozinho.

O quinto e último princípio da prática da avaliação mediadora é o de transformar os registros das avaliações em anotações que permitam o acompanhamento dos alunos durante a construção de seu conhecimento, possibilitando o uso de ações alternativas mais eficazes para a superação das dificuldades e problemas de cada aluno. Em outras palavras, o educador poderá se envolver mais com o discente, compreendê-lo melhor e escolher os caminhos mais adequados a serem percorridos para o aprendizado individual. Testemunhos de professores que adotaram a avaliação mediadora afirmam que ela melhora a relação professor-aluno e aumenta de fato o envolvimento dos estudantes nas tarefas escolares.

O texto de Jussara Hoffmann, em suma, mostra a necessidade de transformação na forma que tradicionalmente se faz avaliação dos alunos no país. É importante ressaltar que a avaliação classificatória não precisa deixar de existir, podendo ser dada no final do processo de aprendizagem para avaliar o conhecimento construído, ou seja, se a aprendizagem ocorreu de fato.

Um dos grandes obstáculos, além da simples rejeição de professores acostumados à forma tradicional, é, sem dúvida, a extensa carga horária de aula semanal que os docentes, particularmente da educação básica, têm de suportar em turmas frequentemente lotadas. Os baixos salários são desmotivadores e exigem a extensão da jornada de trabalho para compensá-los. O tempo de trabalho pago para a preparação de aulas e correção de exercícios costuma ser baixo para a prática da avaliação mediadora, a qual tende a exigir mais trabalho fora de sala de aula do que o usual. A escassez de escolas em tempo integral faz com que o educador comumente disponha de pouco tempo para cumprir todo o conteúdo programático das disciplinas, limitando a disponibilidade de tempo para a realização de maior número de exercícios e avaliações.